



EJA, NO SEMIÁRIDO BAIANO: JUSTIÇA COGNITIVA, INTERSECCIONALIDADE E SABERES TRADICIONAIS NA REINVENÇÃO CURRICULAR

¹Maia, Maria Cristiane Correia

¹ Mestra em Educação de Jovens e Adultos, professora da Rede Pública Municipal de Senhor do Bonfim – Bahia, GP - FORMACCE/UFBA. E-mail: cristiane.maia1968@gmail.com

EIXO TEMÁTICO 3: CURRÍCULO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA EJA

RESUMO

O artigo discute a reinvenção curricular da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Semiárido baiano, compreendendo-a como território de justiça cognitiva, no qual os saberes tradicionais e a interseccionalidade se afirmam como fundamentos para uma educação emancipatória. O problema de pesquisa questiona como reinventar o currículo da EJA a partir desses referenciais, de modo a constituir-lo como espaço de emancipação social e epistêmica. O objetivo geral consiste em discutir a EJA como prática de justiça cognitiva e, de forma específica, analisar como os conceitos de interseccionalidade (Ribeiro, 2019) e justiça cognitiva (Santos, 2010) orientam novas práticas curriculares, valorizando epistemologias afro-brasileiras, indígenas e territoriais. O referencial teórico ancora-se na ecologia de saberes (Santos, 2010), no Movimento Negro Educador (Gomes, 2017) e na pedagogia libertadora de (Freire, 2005) e (Hooks, 2013), articulando-se a autores como (Souza, 2010) e (Pinheiro, 2023). A metodologia, de natureza qualitativa, baseia-se na etnopesquisa implicada (Macedo, 2012), integrando revisão bibliográfica crítica e análise de experiências contextualizadas em escolas do Semiárido, especialmente quilombolas. Os resultados indicam que práticas curriculares ancoradas nos saberes tradicionais e nas oralidades comunitárias fortalecem a aprendizagem significativa, a identidade coletiva e a permanência dos educandos nos espaços de construção do conhecimento. Evidencia-se, ainda, que experiências de educação contextualizada configuram processos de tradução intercultural (Souza, 2010), promovendo o diálogo entre ciência e ancestralidade. Conclui-se que a reinvenção curricular da EJA, inspirada na práxis freiriana, constitui ato político, ético e epistêmico de ruptura com o pensamento abissal, transformando a escola em território de resistência e emancipação, no qual o conhecimento se converte em instrumento de liberdade, dignidade e emancipação.

INTRODUÇÃO

O presente estudo parte da compreensão de que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) constitui um espaço privilegiado de luta pela emancipação humana e pela justiça cognitiva, na medida em que abriga sujeitos historicamente negados pelos currículos hegemônicos e excludentes: trabalhadores, quilombolas, indígenas, mulheres, povos de terreiro, agricultores, migrantes e LGBTQIAPN+, dentre outros.



Na seara da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a categoria da interseccionalidade, conforme propõe (Ribeiro, 2019), revela-se essencial para compreender as múltiplas dimensões das desigualdades que atravessam os sujeitos desse espaço educativo. No Semiárido baiano, tais desigualdades se intensificam à medida que os saberes locais são deslegitimados pelo currículo hegemônico, o que reforça práticas pedagógicas excludentes e distancia a escola de sua função social emancipadora.

Nesse sentido, o problema que orienta a pesquisa é: como reinventar o currículo da EJA a partir da interseccionalidade e dos saberes tradicionais, de modo a constituir-lo como território de justiça cognitiva e emancipação social? Acreditamos, que a reinvenção curricular da EJA, ancorada em perspectivas decoloniais, pluriepistêmicas e interseccionais, pode se tornar ferramenta política de enfrentamento ao racismo estrutural, ao sexismo e às discriminações outras que nos rodeiam.

A Justiça Cognitiva, sob a perspectiva freiriana, configura-se como um horizonte ético e político comprometido com o reconhecimento e a valorização da diversidade de saberes produzidos historicamente por distintos sujeitos e coletividades. Nessa direção, (Freire, 2005) enfatiza que:

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não podem fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos; mas nos homens como “corpos conscientes” e na consciência como consciência intencionada ao mundo (Freire, 2005, p.77).

Nessa perspectiva, enquanto objetivo geral faz-se necessário discutir a reinvenção curricular da Educação de Jovens e Adultos como prática de justiça cognitiva, reconhecendo os saberes tradicionais como epistemologias legítimas na construção de um currículo emancipatório e contextualizado para o Semiárido baiano. E na seara da especificidade, ainda cabe analisar questões outras: como os conceitos de interseccionalidade (Ribeiro, 2019) e justiça cognitiva (Santos, 2010) podem orientar novas práticas curriculares na EJA, evidenciando sua contribuição à formação de sujeitos críticos e autônomos, bem como apontar caminhos para a consolidação de currículos pluriepistêmicos e antirracistas no contexto da EJA.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo fundamenta-se na perspectiva freiriana do diálogo entre saberes, que reconhece a educação como prática de liberdade. Nessa direção, articula-se o conceito de Movimento Negro Educador (Gomes, 2017), que compreende a luta negra como produtora de saberes emancipatórios, de pedagogias contextualizadas comprometidas com o enfrentamento das desigualdades históricas.

Ancorado nesse conjunto teórico e em diálogo com as experiências quilombolas sistematizadas em projetos escolares e comunitários, este trabalho propõe uma reflexão crítica sobre os caminhos da reinvenção curricular em perspectiva decolonial no âmbito da Educação de Jovens e Adultos no Semiárido baiano. Tal território, frequentemente estigmatizado por narrativas de carência e inviabilidade, é aqui compreendido como um espaço fecundo de produção de saberes, práticas sociais, culturais e ambientais, onde a vida se reinventa cotidianamente em diálogo com o clima e com a ancestralidade.



Superar o olhar reducionista sobre o Semiárido significa reconhecê-lo como território epistêmico, no qual a escola desempenha papel estruturante ao articular currículo e realidade local. Nesse sentido, (Souza, 2010) afirma que,

A Educação Contextualizada possibilitou que práticas que aportavam outros tipos de conhecimentos (para além dos espaços escolares) saíssem da marginalidade e alcançassem formalmente o currículo da escola configurando um movimento inverso na definição dos conteúdos e nos modos de aprender e ensinar. Abriu-se o diálogo da escola com as práticas sociais das comunidades (Souza, 2010, p. 5).

No âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA), os saberes produzidos nas lutas históricas por emancipação, conforme enfatiza (Freire, 2005), articulam-se à pedagogia antirracista e disruptiva defendida por (Pinheiro, 2023), evidenciando que a transformação educativa ultrapassa a mera revisão de conteúdos. Trata-se de um movimento que desestabiliza as lógicas coloniais, questiona as hierarquias do saber e reconfigura as relações de poder dentro da escola, reconhecendo-a como espaço político e de disputa simbólica. Quando articulada à proposta de Educação Contextualizada no Semiárido, essa pedagogia insurgente assume caráter libertador e plural, fundamentando-se na valorização dos saberes tradicionais e na superação do epistemicídio que historicamente marginalizou os sujeitos da EJA. Assim, a escola deixa de ser um espaço de neutralidade, e ainda abre espaço para decolonizar os currículos. (Gomes, 2017).

No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o diálogo teórico se adensa com as contribuições de (Freire, 2005) e (Hooks, 2013) que compreendem a educação como um ato político e uma prática de liberdade, capaz de transformar consciências, promover a autonomia crítica e afirmar o protagonismo dos sujeitos historicamente oprimidos. A essa perspectiva se soma (Ribeiro, 2019), ao introduzir a categoria da interseccionalidade como ferramenta analítica imprescindível para compreender como as opressões de raça, gênero, classe e território se entrecruzam na constituição das trajetórias educativas e identitárias dos educando.

Nessa tessitura, (Pinheiro, 2023) aprofunda a discussão ao defender uma pedagogia antirracista que ultrapassa o cumprimento formal das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, afirmando-se como ato de reparação histórica, política e epistemológica. Tais concepções teóricas podem, efetivamente, sustentar a compreensão da EJA como território de emancipação cognitiva e social, no qual o conhecimento se torna instrumento de justiça e libertação.

Nessa perspectiva, o currículo revela-se como uma construção viva, dinâmica e em constante reinvenção, recusando os modelos engessados e hierarquizantes que, ao longo da história, reduziram a pluralidade do ato educativo e silenciaram vozes subalternizadas. Em contraposição a essa lógica, o currículo se afirma como território pluriepistêmico, tecido por múltiplos saberes, culturas e experiências que se entrecruzam em diálogos críticos, criativos e insurgentes com potência formativa. Nessa direção, (Macedo, 2016) ressalta que:

O currículo é uma invenção sociocultural constituída no seio da tradição pedagógica. Se explica a partir do interesse de conceber, organizar, implementar, institucionalizar e avaliar saberes e atividades eleitos como formativos, (Macedo, 2016, p.17).

A análise do currículo da EJA sob a ótica da justiça cognitiva evidencia que o paradigma eurocêntrico ainda ocupa posição hegemônica nas diretrizes educacionais, funcionando como dispositivo de exclusão e de silenciamento de epistemologias outras. Esse modelo,



tende a marginalizar saberes que emergem de experiências históricas, comunitárias e territoriais, desconsiderando a pluralidade cognitiva que constitui os sujeitos da Educação de Jovens e Adultos.

Todavia, práticas educativas comprometidas com uma perspectiva emancipatória têm tensionado essas estruturas hegemônicas, inspirando-se na educação contextualizada (Souza, 2010) e nas pedagogias antirracistas e pluriepistêmicas (Pinheiro, 2023); (Gomes, 2017). Tais práticas propõem currículos que se constroem no entrelaçamento entre ciência, experiência e ancestralidade, instaurando um diálogo horizontal entre saberes e promovendo a valorização das epistemologias produzidas nas margens, como legítimas formas de conhecer e de existir.

No contexto do Semiárido baiano, os sujeitos da EJA vivenciam saberes enraizados em cosmocepções afroindígenas, práticas comunitárias e estratégias de convivência com o clima que, quando incorporadas ao currículo, transformam a escola em território de resistência e produção de dignidade.

A interseccionalidade, entendida como categoria analítica e política (Ribeiro, 2019), constitui um instrumento teórico-crítico fundamental para compreender os entrelaçamentos entre raça, gênero, classe e território na experiência educativa. Sob essa perspectiva, a Educação de Jovens e Adultos revela-se como um espaço de reconstrução identitária e de insurgência epistêmica, onde se tornam visíveis as múltiplas formas de opressão que atravessam os sujeitos historicamente subalternizados.

Nesse sentido o processo educativo afirma-se como ato dialógico, ético e afetivo, (Freire, 2005), em que o educando é reconhecido como sujeito histórico, produtor de saberes e construtor de sua própria trajetória. Nessa perspectiva, a educação rompe com a lógica domesticadora e bancária, que reduz o aprendiz à passividade, para instituir-se como práxis transformadora, enraizada nas experiências e nas condições concretas de vida das comunidades. Trata-se, portanto, de um movimento emancipatório que vincula o ato de conhecer ao ato de existir, reafirmando o diálogo, a escuta e a amorosidade como fundamentos de uma pedagogia comprometida com a libertação e com a reinvenção do mundo.

METODOLOGIA

A pesquisa tem abordagem qualitativa fundamentada na etnopesquisa implicada (Macedo, 2012), por compreender que o conhecimento se produz nas relações entre sujeitos e territórios. O percurso metodológico foi constituído por uma revisão bibliográfica crítica e sistemática, complementada por análise interpretativa de experiências educativas contextualizadas em escolas do Semiárido baiano, especialmente na modalidade da EJA, num contexto quilombola. Os critérios de análise priorizaram: o reconhecimento dos saberes locais como epistemologias válidas e a articulação entre currículo, território e identidades culturais. Nestes termos, (Macedo, 2012) enfatiza que,

Estamos diante de um trabalho significativo para colocar as nossas sobreimplicações sob uma análise elucidativa rigorosa, sem imaginar jamais que elucidar é trazer toda luz. Mas, pode-se, com isso, trabalhando nossos limites, produzirmos fachos de luz para conquista de uma lucidez necessária (Macedo, 2012, p. 50).



Nessa perspectiva, conforme a linguagem teórico-formacional de (Macedo, 2012), a metodologia não se reduz a um conjunto de procedimentos técnicos, mas se configura como processo de autonomização e criação implicada, no qual o pesquisador se constitui no e pelo ato de pesquisar.

Os resultados da investigação revelam que as práticas curriculares fundamentadas nos saberes tradicionais e nas oralidades comunitárias potencializam aprendizagens significativas e a formação de identidades coletivas. Ao incorporar as narrativas, memórias e cosmo percepções dos sujeitos, a escola se converte em território de reconhecimento e valorização das experiências locais, ampliando a participação, o sentimento de pertencimento e a autoestima dos educandos.

Ademais, identificou-se que práticas pedagógicas sustentadas na interseccionalidade ampliam a leitura crítica das desigualdades estruturais e instituem espaços formativos de emancipação e de protagonismo para mulheres, negros e comunidades tradicionais. Desse modo, a escola se reconfigura como espaço dialógico de conscientização e de afirmação da justiça cognitiva (Santos, 2010), promovendo a reconstrução simbólica e política dos sujeitos historicamente marginalizados.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Reinventar o currículo da EJA sob a perspectiva da justiça cognitiva implica romper com o pensamento abissal (Santos, 2010) e desafiar a monocultura do saber, que historicamente hierarquizou epistemes e silenciou vozes subalternizadas. Tal reinvenção não se limita a um exercício técnico ou metodológico, mas configura-se como gesto ético, político e epistêmico, orientado pelo reconhecimento dos sujeitos populares como autores de conhecimento e portadores de racionalidades legítimas. Assim, reinventar o currículo significa deslocar o centro da enunciação e afirmar a pluralidade como fundamento da própria ideia de educação emancipatória.

No Semiárido baiano, a EJA emerge como território pedagógico insurgente, onde educação, ancestralidade e identidade se entrelaçam na tessitura de novas possibilidades de existir e de aprender. Ao legitimar os saberes tradicionais como expressões de ciência, cultura e resistência, a escola assume uma função emancipatória e equitativa, tornando-se espaço de reencantamento da experiência humana e de fortalecimento das comunidades que historicamente sustentam a vida no território.

Inspirada em (Freire, 2005) e (Hooks, 2013), a reinvenção curricular propõe um movimento de afetividade crítica e de engajamento político, no qual o currículo deixa de ser um artefato prescritivo para tornar-se processo vivo, relacional e dialógico. Nessa perspectiva, traduz-se interculturalmente a experiência educativa, promovendo a democratização dos saberes e a afirmação de uma ecologia de conhecimentos que sustenta a justiça cognitiva como princípio formativo e social.

Desse modo, a EJA reafirma-se como campo de disputa simbólica e criação coletiva, onde se entrelaçam memórias, resistências e futuros plurais do Semiárido. Nesse horizonte, o direito à educação transcende o acesso institucional e se concretiza como prática de liberdade, enquanto o conhecimento se torna instrumento de transformação, dignidade e esperança radical, que são elementos fundantes de uma pedagogia comprometida com a reinvenção do mundo e da vida.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “**História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena**”. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz e Terra, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Vozes, 2017.
- HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. WMF Martins Fontes, 2013.
- MACEDO, Roberto Sidnei. **A etnopesquisa implicada**: pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livro, 2012.
- MACEDO, Roberto Sidnei. **A teoria etnoconstitutiva de currículo**: teoria-ação e sistema curricular formacional. Curitiba: CRV, 2016.
- PINHEIRO, Bárbara Carine. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SOUZA, Ivânia Paula. **Educação Contextualizada no Semiárido Brasileiro**. Revista Educação Pública, 2010.